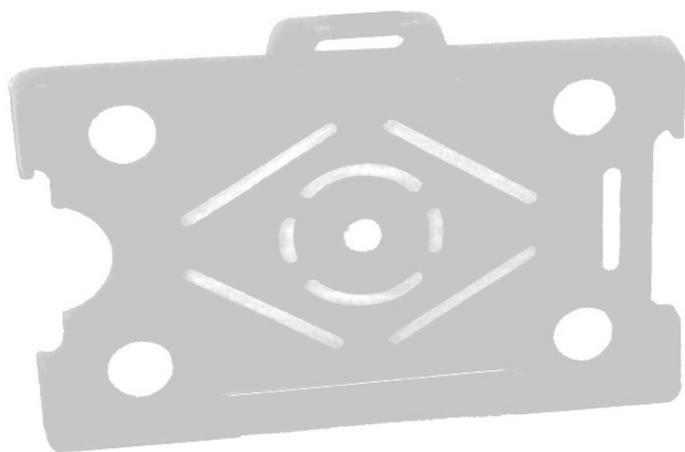


EDUCAÇÃO
OMNILATERAL
ENTRE O SER,
O ESTAR E
O DE VIR



Editora Executiva

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Profa. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Gilda Guimarães
Mad´Ana Desirée Ribeiro de Castro
Sebastião Cláudio Barbosa
(organizadores)

EDUCAÇÃO
OMNILATERAL
ENTRE O SER,
O ESTAR E
O DEVIR

MERCADO[®]
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação omnilateral : entre o ser, o estar e o devir / Gilda Guimarães, Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro, Sebastião Cláudio Barbosa, (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2019. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-537-0

1. Direito à educação 2. Educação 3. Educação de Jovens e Adultos 4. Ética 5. Moral 6. Políticas educacionais 7. Prática pedagógica 8. Trabalhadores – Educação I. Guimarães, Gilda. II. Castro, Mad'Ana Desirée Ribeiro de. III. Barbosa, Sebastião Cláudio. IV. Série.

19-27875

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
revisão final dos autores
bibliotecária: Cibele Maria Dias – CRB-8/9427

As ideias e contextualizações apresentadas nos textos são de responsabilidades dos respectivos autores não representando a conformidade e o pensamento da Editora.

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letas.com.br

livros@mercado-de-letas.com.br

1ª edição

2019

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

AGRADECIMENTOS

Aos colegas, professores e técnico-administrativos do Instituto Federal de Goiás com quem compartilhamos ideias, desafios e lutas. Aos alunos dos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação da Instituição, em especial aos nossos alunos dos cursos técnicos da Educação de Jovens e Adultos e do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Educação e Formação de Trabalhadores que, junto conosco, constroem a árdua e gratificante tarefa de enveredar pela pesquisa científica. À Doutora Marise N. Ramos, professora, educadora e pesquisadora da educação que apresenta este livro aos leitores e que, junto com tantos outros, tem sido um incentivo ao nosso trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Marise Nogueira Ramos</i>	

capítulo 1

ÉTICA, MORAL E EDUCAÇÃO OMNILATERAL	15
<i>Sebastião Cláudio Barbosa e</i>	
<i>Mad'Ana Desirée Ribeiro de Castro</i>	

capítulo 2

A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS TRAMAS DO CAPITAL: LIMITES, CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	39
<i>Gilda Guimarães</i>	

capítulo 3

A CONSTITUIÇÃO E O DESMANTELAMENTO DA ESFERA PÚBLICA NO BRASIL: AS DISPUTAS PELOS RECURSOS DO FUNDO PÚBLICO	67
<i>Josué Vidal Pereira</i>	

capítulo 4

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO HUMANA NA MODERNIDADE: UMA LEITURA DO EMÍLIO DE JEAN JACQUES ROUSSEAU	85
<i>Aline de Fatima Sales Silva</i>	

capítulo 5

O DIREITO A EDUCAÇÃO DOS DES(IGUAIS) 101

Jacqueline Maria Barbosa Vitorette

capítulo 6

CÍRCULOS DE CULTURA E JOVENS ESTUDANTES EM
CONDIÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL – A PRONÚNCIA
COLETIVA COMO POSSIBILIDADE DE EDUCAR
PARA A LIBERDADE 123

Luciana Campos de Oliveira Dias

capítulo 7

A FORMAÇÃO INTEGRAL NA ESCOLA FAMÍLIA
AGRÍCOLA DE UIRAPURU-GO: UMA BREVE REFLEXÃO
NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. . . . 145

Ana Paula do Amaral

Relato qualitativo

A EXPERIÊNCIA DE DOIS ESTUDANTES DA ESCOLA
FAMÍLIA AGRÍCOLA DE UIRAPURU-GO SOBRE A
FORMAÇÃO INTEGRAL DESENVOLVIDA PELA
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA 157

*Ana Paula do Amaral, Paula Eduarda Silva Scussato e
Igor Henrique de Sousa Marcelino Felix*

Entrevista

HISTÓRIA, FUNCIONAMENTO E METODOLOGIA
DE ENSINO DA EFAU: MILITÂNCIA ÉTICA E
PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA 169

SOBRE OS AUTORES. 189

APRESENTAÇÃO

Marise N. Ramos

O homem não é, ele se faz homem, no processo de produção da sua existência. A apropriação da natureza para si por esta espécie singular frente às demais e genérica na sua ontologia, desencadeou a impressionante criação de condições de vida para a humanidade, de tal modo que hoje não nos reconheceríamos como os ‘homens da caverna’. A produção de bens materiais não se limita à objetividade das ‘coisas’, mas altera o modo de vida em todas as suas dimensões, incluindo a ciência, a ética e a estética de um tempo e espaço. Temos enunciado essas relações como referência para os projetos educacionais na síntese da integração entre trabalho, ciência e cultura.

Quando se toma esta referência, avançamos em direção a um projeto educacional que visa à formação humana na sua integralidade. Isto é revolucionário, posto que as relações que destituíram uma classe dos meios de produção de sua existência, desde que a outra pode se instituir pela propriedade privada desses meios, destituíram ambas de uma das dimensões da ‘essência’ humana: a capacidade ontocriativa. Ou seja, a capacidade essencialmente humana de ter a consciência de suas necessidades, projetar como satisfazê-las e agir para tal satisfação foi subordinada aos interesses dos dominantes. Esses eram os homens livres que podiam se educar nas academias,

enquanto os não livres se educavam diretamente no trabalho, no *tripallium*, ou na difícil luta para se manter materialmente vivo.

A conquista da educação pela classe trabalhadora sempre se fez sob os limites dessa subordinação. Mas na história da humanidade, a educação do povo se tornou objeto da ética e do direito, da ciência e da tecnologia. Este livro se situa no entrecruzamento desses planos, como o lugar de origem e de desenvolvimento de práticas e políticas educacionais da classe trabalhadora.

Não por acaso, então, o texto que o inaugura trata da “ética, moral e educação omnilateral”. Seu empreendimento teórico é substancial, enfrentando a difícil discussão sobre a relação e a distinção entre ética e moral, como meio de esclarecimento das bases teóricas e práticas da educação *omnilateral*, a utopia do reencontro do ser humano com sua essência histórica que foi sendo mutilada pelas relações sociais de produção centradas na propriedade privada.

A utopia, porém, não é idealista – uma perspectiva da formação humana na modernidade recuperada na análise do pensamento de Rousseau. Ao contrário, é tanto real quanto a luta que se trava para que a classe trabalhadora conquiste o direito à educação, sempre contraposto aos interesses do capital. As análises presentes neste livro colocam luz sobre este fato, com determinação e precisão cirúrgicas do recorte e da reconstrução histórica que nos leva à contemporaneidade. A relação trabalho e educação situa-se nas “tramas do capital”, de cujo plano se suspendeu a ética aqui discutida ao se implantar a moral da classe dominante. Por isto cabe, junto com os autores, nos questionar sobre “limites, contradições e possibilidades da educação profissional no Brasil assim configurado.

Não podemos nos distrair com o significado da expressão “educação profissional”. Ela não se confunde com a educação pós-obrigatória ou superior, como sói acontecer em países que universalizaram a educação básica aos seus cidadãos. Por isto, esses países não enfrentam a contradição entre a escola desinteressada e a imediatamente interessada. Menos ainda quando essas se fundem

unidade dialética da ‘educação profissional integrada ao ensino médio’ no Brasil.

Aqui, educação profissional ainda é a “educação dos mais pobres”, como Maria Ciavatta e eu discutimos em artigo escrito em coautoria. Em nosso país adquirimos o ‘direito’ de usar o termo profissional mesmo quando a formação se volta para atividades que não dependem direta e explicitamente do aprendizado da base científica que a estruturam, transgredindo o significado classicamente atribuído pela Sociologia das Profissões. O fato é que o trabalhador dá provas permanentemente de sua capacidade ontocriativa, mesmo quando sua formação é delimitada pela simplicidade de procedimentos rotineiros dele esperado. Porém, por mais simples que alguns procedimentos podem parecer, não há trabalho desqualificado. Ao mesmo tempo, o fazer redundante em um domínio técnico que poucos reproduziriam se não fossem igualmente formados, seja pela prática, seja pela ciência. Assim, o uso da expressão ‘educação profissional’ preserva o compromisso com o saber científico, de tal modo que a “simples funcionalidade técnica” do trabalhador não é suficiente para empresas imersas na tecnologia.

É importante recuperar a gênese do industrialismo, informando-nos sobre a função cumprida pela escola de adaptar psicofisicamente o operariado ao trabalho árduo e rotineiro que essa nova cultura se lhes impunha, forjando, com ela o ‘novo homem’. A dinâmica contraditória da relação entre capital, trabalho e escola nos países capitalistas no século XX e suas metamorfoses no século XXI precisa ser compreendida.

A expansão do capital financeiro neste último período e a configuração dos novos padrões de produção típicos da reestruturação produtiva e dos novos modelos de produção nos convocam também à discussão sobre o fundo público. Afinal, o Estado se reforma em benefício desse novo tipo de capital. Assim, não se poderia esperar que a educação profissional passasse incólume por tais mudanças, quando as instituições que mais expressam a historicidades das lutas pelo direito à integração entre trabalho e educação – as da rede

federal – foram ameaçadas face à crise de seu próprio objeto. Afinal, se estávamos na era do desemprego, por que educar para o possível emprego qualificado que caracterizou os postos de trabalho técnico de nível médio? Se a condição subordinada do Brasil ao capitalismo avançado seria irrevogável, tal como advogaram os neoliberais, por que formar pessoas preparadas científica e tecnologicamente para o trabalho? Ademais, as máquinas de base microeletrônica já não seriam ‘mais inteligentes’ e ‘menos inconformados’ do que os trabalhadores vivos?

Porém, é preciso dar ênfase não somente ao que as reformas do Estado e as educacionais dos anos de 1990 poderiam ter desmontado face, mas também aos novos desafios enfrentados por essas instituições, abarcadas, inclusive, por sua transformação em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta nova institucionalidade desencadeou outras contradições, tais como a oferta educativa em vários níveis e modalidades de ensino, a atuação em pesquisa, ensino e extensão, dentre outras. Enfim, a consolidação de uma rede altamente qualificada em suas funções promoveu também intensificação do trabalho docente e discente. Trata-se de uma contradição que precisa ser enfrentada.

Ao mesmo tempo, temos visto a grande atuação em educação de empresas privadas e grupos financeiros. Daí a importância de se analisar a nova lógica de financiamento da educação e o movimento disputa entre educação pública e privada. Afinal, como argumenta um dos artigos deste livro, para se entender o “desmantelamento da esfera pública no Brasil” é preciso entender a sua constituição. Uma das mediações fundamentais desta análise são as características da classe dominante brasileira e sua dependência do Estado, plenamente assumida pelos governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubsticheck e da ditadura empresarial-militar, com intensidades variadas de associação com o capital internacional.

O caráter dessa relação se modifica quando as barreiras para a livre circulação de capital precisam ser superadas e outras esferas de produção e de serviços, antes restritas ao Estado, se convertem

ao interesse do capital privado, visando à sua expansão frente à crise de superacumulação do capital a partir dos anos de 1970 no mundo e de 1990 no Brasil. Essa é a esteira do neoliberalismo, que coloca para o ‘fundo público’ outras expectativas e funções, vinculadas à segurança e à expansão do capital financeiro. Nesse contexto, a educação profissional se tornou mais um mercado dinâmico e produtivo, de modo que as reformas educacionais implementadas por Fernando Henrique Cardoso nos anos de 1990 faziam parte desse projeto.

Apesar de contraditória com a luta dos educadores críticos brasileiros, essa lógica não se afasta totalmente dos governos de Luís Inácio da Silva e se agudiza com a política do Pronatec no governo Dilma. Mas o golpe de 2016 deixou claro que a satisfação do capital privado ainda estava longe de ser contemplada mesmo considerando políticas de corte conservador que permaneceram nos governos que seriam populares.

O Pronatec foi uma política de educação da classe trabalhadora supostamente assentada no princípio do direito à educação e ao emprego, em um contexto histórico em que a educação básica ainda não foi universalizada. Prova disto é a necessidade de se evocar uma modalidade educacional a ser destinada àqueles que a ela não tiveram acesso em idade considerada adequada, a Educação de Jovens e Adultos. Mais uma vez, filósofos e economistas clássicos do liberalismo precisam ser recuperados, assim como seus críticos afiliados ao materialismo histórico-dialético. O eixo principal e correto de análise é o mesmo que demonstra as razões de impedimento do direito da classe trabalhadora à da educação, apesar de eticamente não se poder mais transigi-lo: a dualidade de classes, que restringiu a democracia, a cidadania e os direitos civis aos proprietários dos meios de produção.

Nesta obra, as condições concretas dos sujeitos da EJA são destacadas, por um lado, para demonstrar que grupos sociais desiguais precisam ser tratados diferentemente pela política social e pela prática pedagógica, por outro, para mostrar que a desigualdade

e a negação do direito às classes subalternas são estruturais ao capitalismo dependente como é o caso do Brasil o qual, para assegurar a superexploração do trabalhador precisa produzir a sua desqualificação e precarização.

Mas a resistência também precisa ser evocada no passado e no presente. Do passado, compartilhamos do legado de Paulo Freire, aqui recuperado no estudo sobre os Círculos de Cultura. A denúncia da opressão e a desumanização da sociedade de classes, motiva ações transformadoras. O reconhecimento da unidade trabalho-educação na vida de sujeitos concretos pela escola pode nos auxiliar na construção de práticas pedagógicas contra hegemônicas. Por isto, a perspectiva da educação politécnica, da escola unitária e da formação *omnilateral* dos sujeitos ainda é uma luta atual.

Sendo assim, penso que não seria um acidente lembrarmos a frase de Karl Marx, ao lermos este livro, de que de nada valem as ideias se não existirem homens que as coloquem em prática. Afinal, este é, de fato, um livro da práxis, escrito por educadores e educadoras que agem concretamente e produzem ideias a partir de sua ação. Essas, ao serem difundidas e debatidas por estudantes e outros educadores, certamente terão ‘força material’ e nos ajudarão na construção desse projeto de educação comprometido com a classe trabalhadora.